

O giro para a direita: perspectivas e reflexões desde a Antropologia dos Esportes no Brasil

LUIZ FERNANDO ROJO

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
NITERÓI (RJ), BRASIL

Correio eletrônico: luizfrojo@gmail.com

Artigo finalizado: 09-03-2020 / **Artigo enviado:** 11-03-2020

Artigo recebido: 11-03-2020 / **Artigo aceito:** 16-09-2020.

RESUMO

Neste ensaio discutirei as consequências do giro à direita que tem impactado o mundo sobre as políticas esportivas brasileiras, em contraponto com aquelas desenvolvidas nos catorze anos de governos de centro-esquerda no Brasil. Para isso irei indicar como os esportes foram, durante muito tempo, associados apenas com a competitividade, colonialismo, espetacularização e a masculinidade hegemônica. Por outro lado, no entanto, o esporte começa a aparecer, embora sem a mesma atenção, como uma arena onde são construídas resistência e visibilidade por grupos sociais excluídos das políticas públicas. Esta ambivalência permitirá compreender os avanços e limites das políticas esportivas dos governos de Lula e Dilma Rousseff, bem como as consequências negativas do atual giro para a direita sobre o esporte no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: esporte; políticas públicas; extrema-direita; resistência; democracia



1. APRESENTAÇÃO¹

A realização deste dossiê é, para nós da Antropologia dos Esportes na América Latina, uma oportunidade significativa na direção do aprofundamento dos debates que agendamos para os principais eventos acadêmicos em 2020. Neste ano, a Comissão de Antropo-

1 Neste artigo utilizo o sistema de referência ISSO 690.

logia dos Esportes na International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), irá organizaras seguintes mesas-redondas: «Giro à Direita e os Novos Desafios para a Antropologia dos Esportes», durante o VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia (ALA) e «O giro para a direita e os impactos sobre a Antropologia dos Esportes», na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. Apresento aqui um pequeno trecho do texto que introduz o eixo temático «Giro à Direita e novos desafios para a Antropologia», no qual se insere esta última mesa-redonda, o que entendo irá ajudar a situar o contexto no qual escrevo este ensaio:

«Se a América Latina havia se mantido à margem deste giro político no Ocidente, com o predomínio de governos progressistas em vários países da região, em um breve período de tempo o subcontinente rapidamente se inseriu neste padrão. Esta reorientação implica profundas mudanças nas agendas governamentais em matéria econômica, social e cultural».²

Se naquelas mesas o objetivo é analisar os impactos destas mudanças sobre o funcionamento do campo esportivo no Brasil e na América Latina, neste ensaio abarcarei particularmente a situação brasileira. Meu interesse aqui será o de, partindo de uma reflexão sobre o que levou o esporte e, no caso do Brasil, particularmente o futebol, pudessem ser descritos como o «moderno ópio do povo», como Da Matta (1982)³ afirma de forma crítica, refletir sobre como os governos progressistas (2003-2016) abordaram a questão das práticas esportivas, bem como a atual política de extrema-direita que governa o Brasil (2019-2020), tem lidado com o tema do esporte.

Para alcançar estes objetivos este ensaio irá se estruturar em cinco partes, além desta introdução e de uma conclusão. Na primeira parte exponho brevemente minha vivência pessoal, tanto em um movimento social quanto em um partido de esquerda, sobre a dificuldade de inserir o tema dos esportes em suas pautas nas décadas de oitenta e noventa. Em seguida faço uma apresentação

2 Para o conjunto do texto, ver: https://ala2020.com.uy/?page_id=84. Acessado em 25/08/2020.

3 Informo, para amplo conhecimento que, neste ensaio, utilizarei o sistema de referência ISSO 690.

de como esta percepção individual encontrou eco em algumas das elaborações teóricas sobre o fenômeno esportivo que o situou como uma ferramenta seja de uma exploração capitalista, seja de governos totalitários, bem como de reafirmação de exclusão de grupos social e/ou politicamente explorados. Nas partes três e quatro abordarei, respectivamente, algumas das formas como os governos de centro-esquerda (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) e de extrema-direita (Bolsonaro) abordaram e abordam a pauta dos esportes. Para concluir, irei utilizar os conceitos de Archetti (esporte como zona livre), Simoni Guedes (futebol como instituição zero) e Bourdieu (autonomia do campo esportivo) para afirmar que, ao contrário do que autores como Adorno e Horkheimer (1985) entenderam, o esporte não é necessariamente alienante, sendo passível de ser apropriado seja por pautas progressistas, seja por perspectivas totalitárias.

2. UM BREVE PERCURSO INDIVIDUAL DE APROXIMAÇÃO AO TEMA

Estas questões acompanham minha trajetória desde muito antes de eu pensar em me dedicar à Antropologia. Embora não tenha nunca passado de um atleta amador, com alguma relevância estadual na esgrima até os dezoito anos de idade e em corridas de rua até os vinte e cinco, o esporte sempre esteve entre meus principais interesses e, quando comecei a me dedicar a uma atuação política, tive certo espanto em perceber como as organizações populares e partidos de esquerda dedicavam um absoluto desprezo, quando não uma aberta hostilidade, às práticas esportivas.

Assim, quando participei do processo que culminou com a vitória da chapa de oposição ao congresso da União Nacional dos Estudantes⁴ (UNE), em 1987, me surpreendi que o cargo de diretor de esportes tenha sido o último a ser ocupado, sendo explicitamente referenciado como sem muitas funções políticas. Como decorrência,

4 Entidade que congrega os estudantes de ensino superior, público e privado, no Brasil.

enquanto a diretoria de cultura tinha, em um mandato posterior, organizado o festival de juventude Quarup,⁵ a área de esportes não realizou uma única atividade durante o mesmo período.

Ainda nesta mesma década, quando estive ocupando uma cadeira no Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro, elaborei e apresentei uma proposta de realização de um evento esportivo entre os diversos núcleos nos quais este partido se organizava. A ideia, naquele momento, era que aquela atividade pudesse simultaneamente ser um espaço de confraternização e de elaboração de uma plataforma política sobre os esportes na cidade. No entanto, pouca atenção foi dada para a iniciativa que foi recusada após um rápido debate.

Em 1998 me afastei da militância política mais cotidiana e me dediquei com mais intensidade para a construção de minha carreira acadêmica, inicialmente nos temas da Antropologia das Emoções e nos estudos sobre amizade, com os quais desenvolvi meu mestrado e doutorado. Apenas em 2004, quando conheci Simoni Guedes, precursora da Antropologia dos Esportes no Brasil, é que comecei a retomar, agora em uma perspectiva teórica, meu interesse sobre estas questões, tendo realizado meu pós-doutorado, concluído em 2009, sobre relações de gênero no hipismo. Foi neste contexto, portanto, que verifiquei que o preconceito em relação a este tema, que havia identificado na política dos anos oitenta, também se encontrava vigente na Antropologia do início dos anos dois mil. Isto se mostrou tanto pelas recorrentes brincadeiras que amigos faziam sobre minha escolha por um tema «light», quando meu passado supostamente pressuporia uma opção por questões mais «políticas», quanto principalmente por uma fala de uma colega antropóloga. Após um fim de semana intensivo de observação participante, havia marcado um bar com algumas pessoas amigas e, lá chegando, esta colega perguntou sobre o que era minha pesquisa. Diante de minha resposta, falando sobre os estudos sobre esportes, ela sentenciou: «Ah! Pensei que fosse trabalho de campo de verdade...».

5 Ver: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/corbelini-juliano>

3. UM PERCURSO ACADÊMICO E POLÍTICO DE EXCLUSÕES DO ESPORTE DAS PAUTAS PROGRESSISTAS

Apesar da rudeza desta fala, não é difícil encontrar as motivações para esta expressão de desqualificação das pesquisas envolvendo a Antropologia dos Esportes no Brasil. Quando Simoni Guedes decidiu realizar seu mestrado sobre o futebol (Guedes, 1977), o Brasil estava vivendo o auge da ditadura militar (1964-1985) e havia acabado de conquistar o tricampeonato da Copa do Mundo de futebol masculino, em 1970 e a Taça Independência, que comemorou os cento e cinquenta anos da Independência, em 1972.⁶ Este contexto levou a que muitas pessoas identificassem os estudos dos esportes como uma forma de adesão ou legitimação da propaganda que o governo militar fazia em torno destas conquistas futebolísticas.

Entretanto, por mais importante que aquele contexto fosse, não se pode responsabilizar unicamente a ditadura militar brasileira por aquela apreciação. Observando algumas das referências teóricas internacionais que abordavam o fenômeno esportivo, é possível identificar como estas reforçavam uma dimensão negativa associada com aspectos como o estímulo à competitividade, à noção de mérito individual, ao colonialismo, principalmente britânico, à espetacularização relacionada à indústria do divertimento e ao predomínio de uma masculinidade hegemônica, entre outras.

Embora não tenham sido estudiosos do esporte, é inegável o impacto que os textos de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural tiveram sobre a interpretação do fenômeno esportivo. Vaz (2006), analisando a chamada «Teoria Crítica do Esporte», é um dos que chama a atenção para como esta corrente teórica, surgida na Europa na década de sessenta do século passado, referenciou unos textos da Escola de Frankfurt para fazer a crítica tanto da utilização do esporte como integrante da indústria de entretenimento – parte do processo de alienação, tal como estudado por Adorno

6 Para mais informações sobre o início da carreira de Simoni Guedes, ver Rojo (2019).

e Horkheimer (1985) – quanto de sua utilização pelo chamado «socialismo real», após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, no Brasil, particularmente no período em que as lutas contra a ditadura retomaram intensidade no final da década de setenta, a entrada desta literatura permite entender como o esporte passou a ser visto, simultaneamente, como elemento de alienação e propaganda do regime militar, bem como algo a ser superado dentro de um processo de reorganização de uma nova esquerda. No Brasil, esta nova esquerda foi simbolizada pela constituição do Partido dos Trabalhadores, surgido da confluência do sindicalismo surgido a partir das greves operárias, de setores ligados à Teologia da Libertação da igreja católica e de intelectuais críticos aos partidos comunistas (Singer, 2001). Esta dinâmica ajuda a compreender os motivos pelos quais, dentro da esquerda, esta temática do esporte sempre foi apropriada pelos partidos comunistas, no Brasil em particular pelo Partido Comunista do Brasil.⁷

Esta associação entre o esporte e a indústria cultural também está presente em uma das primeiras elaborações especificamente voltadas para o estudo dos esportes na Sociologia. Elias e Dunning (1992), ao analisarem a relação entre a busca pela excitação através do esporte e o desenvolvimento do processo civilizatório, particularmente na Europa ocidental, indicam que aquele compartilhava com outras formas de lazer, tais como o cinema, a possibilidade de uma excitação mimética que canalizaria as pulsões reprimidas pela necessária contenção dos sentimentos exigida nas sociedades civilizadas.

Desta forma estes autores situavam o surgimento do esporte moderno no processo de transformação das sensibilidades e comportamentos que teriam se originado na Inglaterra do século XVIII e, seguindo a perspectiva de Elias sobre a expansão deste processo civilizador, se espalhado tanto da sociedade inglesa para outros países da Europa e do mundo, particularmente através do imperialismo britânico, quanto do que definiam como sendo as classes mais elevadas para o conjunto da sociedade britânica:

7 Em 2002, com a vitória de Lula nas eleições presidenciais, o único ministério assumido pelo PCdoB, foi exatamente o Ministério dos Esportes.

«O que acontece ante nossos olhos, o que costumamos chamar de «difusão dacivilização» no sentido mais estreito, isto é, a disseminação de nossas instituições e padrões de conduta além do Ocidente, constitui a última onda, até agora, de um movimento que ocorre há vários séculos no Ocidente e cujas tendências e padrões característicos, incluindo a ciência, a tecnologia e outras manifestações de um tipo específico de auto-limitação, estabeleceram-se aqui muito antes de existir o conceito de «civilização». A partir da sociedade ocidental —como se ela fosse uma espécie de classe alta— padrões de conduta ocidentais «civilizados» hoje estão se disseminando por vastas áreas fora do Ocidente, seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações, da mesma forma que modelos de conduta antes se espalharam no interior do próprio Ocidente a partir deste ou daquele estrato mais alto, de certos centros cortesãos ou comerciais» (Elias, 1993, pp. 242-243).

Nauright analisou como este processo se deu em um contexto particularmente complexo do sistema colonial. Ao analisar o desenvolvimento do esporte na África do Sul, ele situou como este processo se deu em consonância com as disputas entre ingleses e africanos em relação ao domínio sobre a população local: «Na África do Sul, o esporte foi central no desenvolvimento de uma geografia de exclusão e divisão, o que se tornou um fator central na emergência de culturas esportivas divergentes entre grupos espacialmente divididos» (1997, pp. 24). Assim, a política do apartheid se reproduziu no campo esportivo, tanto pela segregação entre práticas esportivas diferenciadas, com o críquete sendo praticado pelos ingleses, o rúgbi pelos africanos e o futebol pelos diversos grupos étnicos nativos, principalmente os xhosa, quanto pela impossibilidade de, dentro de cada um destes esportes, haver partidas que confrontassem a população branca (seja de ascendência inglesa ou africana) com a população negra.

Todavia Nauright vai além de refletir sobre os impactos do apartheid no esporte, afirmando que: «a África do Sul foi segregada não apenas por raça, mas também por gênero, seja nos locais de trabalho seja nas atividades de lazer» (1997, pp. 20). Segundo o autor, apenas poucas mulheres —brancas ou negras— praticaram esporte de forma competitiva no país e as mulheres brancas eram aconselhadas a abandonar o trabalho ou o esporte depois de casadas.

Esta afirmação, que pode ser utilizada para refletir sobre a relação entre o esporte e a masculinidade através da história, serve também como gancho para analisar o último aspecto entre os quais estou arrolando para analisar o processo de desqualificação das práticas esportivas por parte dos setores à esquerda que descrevi no item dois deste ensaio.

Embora não seja difícil encontrar diversas expressões de exclusão das mulheres no esporte através da história, nada melhor do que as palavras do barão Pierre de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos modernos e primeiro presidente do Comitê Olímpico Internacional, para situar como era pensada a situação da mulher no esporte na virada do século XIX para o século XX. Em um artigo em que analisa a demanda pela presença de mulheres em algumas modalidades esportivas nos Jogos Olímpicos, Coubertin inicialmente se coloca uma questão: seria o caso de permitir provas mistas, em que homens e mulheres competissem entre si ou duplicar as competições, criando «uma pequena Olimpíada fêmea ao lado de uma grande Olimpíada macho»? Sua resposta é eloquente sobre o papel que entende dever ser atribuído a cada um dos sexos nos eventos esportivos:

«Nada prático, nada interessante, nada estético, e não tememos acrescentar: incorreto. Não é esta a nossa concepção de Jogos Olímpicos, sobre os quais pensamos que temos alcançado e continuamos alcançando a realização da seguinte fórmula: a exaltação solene e periódica do atletismo de varões, tendo o internacionalismo como base, a lealdade como meio, a arte como marco e o aplauso feminino como recompensa» (1912, pp. 111).

Neste ítem pretendi apresentar um pouco do percurso sobre como o esporte foi apropriado por perspectivas políticas à direita –da qual a espetacularização dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, em plena consolidação do nazismo é um dos momentos mais emblemáticos desta política– e lido por algumas correntes teóricas como intrinsecamente associado a estes valores. No entanto, como irei desenvolver a seguir, esta não é a única alternativa possível, seja a partir do ponto de vista de movimentos sociais, grupos identitários ou perspectivas analíticas.

4. UM PERCURSO ACADÊMICO E POLÍTICO DO ESPORTE COMO RESISTÊNCIA

É possível traçar este percurso partindo do mesmo aspecto no qual encerrei o item anterior. Se é possível narrar a história do esporte como uma tentativa de afirmação de uma hegemonia masculina, é igualmente possível contá-la como um processo crescente de resistência, inicialmente por parte das mulheres e, no final do século XX e início do século XXI pelo movimento LGBTQI+.

Assim, a luta contra a presença de mulheres nos Jogos Olímpicos só é completamente bem sucedida na primeira edição. Já nos Jogos de Paris, em 1900, vinte e duas mulheres fizeram suas estreias olímpicas nas provas de tênis e golfe,⁸ abrindo um caminho que, entre muitos avanços e retrocessos e uma longa história que não cabe ser descrita em um ensaio como este, levou a que atualmente tenhamos mulheres participando de todas as modalidades.⁹ Para isto, foi fundamental a atuação da francesa Alice Melliat, esportista e fundadora da *Fédération Sportive Féminine Internationale* (FSFI), que lutou pela maior inclusão das mulheres no esporte, particularmente no atletismo no qual havia maior resistência por parte dos organismos internacionais, e organizou quatro edições dos Jogos Olímpicos para Mulheres, em 1922 (Paris), 1926 (Gotemburgo), 1930 (Praga) e 1934 (Londres), até a sua dissolução por ter alcançado seus objetivos e ter conseguido a inclusão das mulheres no atletismo para os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936 (Pfister, 2000).

Não foram apenas as mulheres, entretanto, que desafiaram o padrão de masculinidade hegemônica associado ao tipo ideal do atleta. Para além de inúmeros atletas gays e lésbicas que competiram nos Jogos Olímpicos –na enorme maioria das vezes tendo que esconder suas sexualidades– foram criados, em 1982, por iniciativa

8 Oficialmente as participantes destas modalidades não eram consideradas atletas, ganhando apenas um certificado e não as mesmas premiações dos homens, mas sua presença marcou historicamente a entrada das mulheres nestes eventos.

9 A última modalidade a incluir as mulheres no programa olímpico foi o boxe, em Londres (2012).

de Tom Waddell, os Gay Games,¹⁰ e mais recentemente, os World Out Games, que marca uma cisão na forma de entendimento dos objetivos das práticas esportivas LGBTQI+ (Camargo, 2012).

Este movimento de apropriação do modelo dos Jogos Olímpicos para afirmação e ampliação da visibilidade de lutas identitárias pode, também, ser encontrado em inúmeros outros grupos. Assim, em uma lista que ainda precisa de maior investimento de pesquisa para ser conclusiva e para construir etnografias que permitam maior análise comparativa entre elas, é possível identificar: Jogos Paralímpicos, para pessoas com deficiências físicas, visuais e intelectuais e que, atualmente, são os de maior audiência; os Jogos Mundiais Indígenas e tantas outras competições que atestam a importância que estes grupos identificam no esporte como um espaço de atuação.

Entre estas competições, no entanto, me interessa dedicar um pouco mais de atenção para, os objetivos deste ensaio, a uma que teve apenas breve duração. A primeira edição dos Jogos Olímpicos dos Trabalhadores aconteceu em 1925, na cidade de Frankfurt (Alemanha), organizada pela Socialist Worker Sports International (SWSI), fundada em 1920, que também organizou outras duas edições, em 1931 (Viena, Áustria), na qual cerca de oitenta mil pessoas competiram e em 1937 (Antuérpia, Bélgica), além de dois eventos semelhantes de inverno.

Segundo Giglio (2018), estes eventos tinham, entre seus principais objetivos, o de contrapor a presença dos trabalhadores na prática esportiva frente ao caráter aristocrático dos Jogos Olímpicos oficiais. Desta forma, a oposição entre os Jogos dos Trabalhadores e os organizados pelo Comitê Olímpico Internacional também podem ser lidos, na percepção deste autor, como sendo atravessadas pela disputa entre profissionalismo e amadorismo, que marcou não apenas o olimpismo mas o esporte internacional até a década de

10 Apesar da periodicidade e caráter olímpicos de tais jogos, o Comitê Olímpico Norteamericano (USOC) proibiu Tom Waddell e a Federação dos Gay Games (FGG) de se utilizarem da expressão «olimpíadas» como referências a eles, após uma longa batalha judicial nos anos 1980. Como destacou Perry Young (1995, p. 119), «The fight over the name proved long and expensive, but the Olympic Committee finally (with the blessing of the U.S. Supreme Court) succeeded in blocking Waddell's use of the word 'Olympic'».

oitenta do século XX, quando os atletas profissionais foram oficialmente incorporados em quase todas as modalidades.

Embora concorde com este autor em relação a que esta contraposição possa ter sido um dos elementos que contribuiu para o seu surgimento, gostaria de apontar duas outras dimensões que entendo foram igualmente importantes para a constituição deste movimento organizado da classe trabalhadora em relação aos esportes. A primeira delas é que, como relatou Wheeler, a construção de associações esportivas operárias, muitas delas de cunho assumidamente socialista, já existia desde o século XIX:

«Embora uma União Ginástica¹¹ Socialista tenha existido nos Estados Unidos já em 1850, não foi senão a partir de 1890 que sua constituição foi firmemente estabelecida. Em 1893, sociedades nacionais de ginastas e ciclistas trabalhadores foram formadas na Alemanha; em 1895 um clube operário britânico de ciclistas foi organizado a partir do jornal *Clarion* e uma associação operária de escalada, que mais tarde se espalharia por toda a Europa Central, foi fundada em Viena; 1897 viu a formação de uma sociedade de natação de trabalhadores em Berlim e, um ano depois, um Clube de Ciclistas Socialistas foi fundado nos Estados Unidos» (1978, pp. 196).

Assim, vimos que a consolidação do movimento esportivo da classe trabalhadora se deu não como consequência, mas de forma paralela àquela que conformou os Jogos Olímpicos. Além disso, a partir de 1921 –ou seja, apenas um ano após a fundação da Socialist Worker Sports International (SWSI)– foi criada a Red Sport International (RSI), em Moscou, como um contraponto do movimento comunista à organização esportiva socialista:

«A criação de uma organização revolucionária no campo dos esportes refletiu a divisão do movimento operário após a Primeira Guerra Mundial em uma vertente comunista, que acreditava que o capitalismo poderia ser derrubado apenas através de revoluções e outra vertente socialista, que acreditava em reformas sociais. Deste modo, o objetivo da RSI comunista foi um ato para contrabalançar a SWSI, estabelecida em 1920 por representantes das federações operárias esportivas e seus aliados, na disputa ideológica no movimento dos trabalhadores» (Gounot, 2001, pp. 23).

11 É importante frisar que o termo ginasta, neste período, tem significado distinto do que assumiu após a criação das modalidades de ginástica rítmica e da ginástica artística, designando genericamente as pessoas que praticavam exercícios físicos.

Desta forma fica evidente que, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, a oposição às práticas esportivas hegemônicas pela aristocracia e pela burguesia se deu de forma estruturada, através das associações operárias e mantendo o caráter internacionalista, bem como as divisões ideológicas existentes no interior das organizações da classe trabalhadora. Por outro lado, a partir da Segunda Guerra, com a dissolução da Red Sport International e a utilização dos Jogos Olímpicos como arena de disputa por parte dos países do chamado bloco soviético, a auto-organização operária no terreno dos esportes se diluiu e, como vimos no item anterior, os movimentos de crítica ao regime soviético, de diversas matrizes teóricas, se colocaram ou alheios ou frontalmente críticos ao esporte. É neste contexto, portanto, que irei interromper aqui a apresentação deste panorama histórico para refletir sobre o espaço do esporte nas políticas dos governos democrático-populares no Brasil (2003-2016) e os impactos do giro à direita sobre as políticas públicas do esporte neste país.

5. OS ESPORTES NOS GOVERNOS DEMOCRÁTICO-POPULARES NO BRASIL (2003-2016)

Antes de discutir o giro para a direita no Brasil e os seus impactos sobre as políticas em relação aos esportes, irei –inclusive como contraponto– analisar como este tema esteve presente na pauta dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).

Assim que assumiu o governo federal, Lula recriou o Ministério dos Esportes, que havia tido uma curta existência como «Ministério Extraordinário» entre 1995 e 1998. Esta pasta, durante muito tempo, foi a única assumida por políticos filiados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo Agnelo Queiroz –coautor da Lei 10264, que dedicou 2% da arrecadação bruta de todas as loterias para o Comitê Olímpico Brasileiro– assumido como ministro. Esta escolha pode ser interpretada, de acordo com os argumentos que desenvolvi neste ensaio até o momento, a partir da conjunção de dois vetores. O primeiro é que a criação deste ministério, entendido pela es-

querda surgida dos anos oitenta como uma área «menor», permitia acomodar no primeiro escalão um partido que, embora de reduzida bancada parlamentar, esteve aliado ao Partido dos Trabalhadores em todas as eleições presidenciais anteriores (1989, 1994 e 1998). O segundo é que, sendo herdeiro das posições políticas oriundas do chamado «bloco soviético», o PCdoB tinha algum acúmulo na percepção do esporte como ferramenta de propaganda política.

Esta foi, portanto, uma das facetas de maior visibilidade durante todo este período, o que pode ser verificado não apenas pelo investimento em sediar algumas das maiores competições do planeta, mas também em outros aspectos que envolveram esta relação entre os projetos políticos do governo e os esportes. Entre estes, no que pode ser considerada a estreia desta perspectiva, a seleção brasileira de futebol realizou, contra a seleção do Haiti, o que foi chamado de «Jogo da Paz» (Ortiz e Dornelas, 2005).

Após o golpe que derrubou o presidente eleito do Haiti Jean-Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004, o governo Lula decidiu liderar as tropas da ONU que tinham como missão buscar restabelecer a ordem naquele país. Dentro desta estratégia e a partir de uma provocação do primeiro-ministro haitiano, que teria dito que o Brasil deveria mandar a seleção de futebol e não tropas, foi organizada uma partida entre as duas seleções, que ocorreu em 18 de agosto de 2004 e que fazia parte, simultaneamente, de inaugurar uma ofensiva política de afirmação diplomática internacional e de, por parte da Confederação Brasileira de Futebol, de projetar a candidatura para sediar a Copa do Mundo.

Em que pese as divergências em relação ao papel que o Brasil teve nesta ação militar no Haiti,¹² este jogo simbolizou uma mudança na relação entre política e esporte nas ações governamentais brasileiras e foi um dos elementos utilizados nas campanhas para sediar não apenas a Copa do Mundo de futebol masculino em 2014, mas os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos em 2016. Desta forma, é possível dizer que, de acordo com os objetivos traçados

12 Para analisar diferentes perspectivas sobre este processo, ver: Valdés (2008), Cavalcante (2009) e Spektor (2012).

por esta pasta ministerial, este processo foi extremamente vitorioso. Como irei discutir no próximo e último item deste ensaio, isso não significa que seus resultados tenham sido uniformemente entendidos como positivos pela totalidade da sociedade brasileira, apenas que coroaram um projeto de utilização do esporte como ferramenta de visibilidade nacional e internacional de uma determinada concepção política.

É preciso também ressaltar que, embora esta dimensão dos chamados «megaeventos esportivos» tenha ocupado uma agenda midiática diferenciada neste período, as políticas esportivas destes governos foram mais ambiciosas.

Por um lado, o Brasil se propunha não apenas a sediar estes eventos, mas a ter um bom desempenho esportivo. Se no caso da seleção de futebol, este já era um resultado sempre esperado, no caso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, podia-se afirmar que, em 2003, quando Lula tomou posse, esta era uma perspectiva de difícil realização. Para se ter uma ideia, em termos comparativos, nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos de 2000, realizados em Sidney, na Austrália, os últimos antes do governo Lula, e nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres, em 2012, os últimos antes do golpe contra a presidenta Dilma, os resultados foram os seguintes:

Eventos	Ouro	Prata	Bronze	Total	Colocação
Jogos Olímpicos 2000	0	6	6	12	52º
Jogos Olímpicos 2012	3	5	9	17	22º
Jogos Paralímpicos 2000	6	10	6	22	24º
Jogos Paralímpicos 2012	21	14	8	43	7º

Fontes: Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paralímpico Brasileiro

Dois motivos podem ser elencados, na minha interpretação, como os principais responsáveis por este salto qualitativo tão sig-

nificativo. O primeiro deles foi a já citada Lei 10264 de 1998, que possibilitou ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e, posteriormente, ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)¹³ terem uma fonte garantida de recursos com os quais planejar os ciclos olímpicos e paralímpicos. O segundo, já durante o governo Lula, foi a criação do programa Bolsa-Atleta, através da Lei 10891,¹⁴ que instituiu uma remuneração não apenas para esportistas já consagrados, mas que abarcava desde atletas de base e praticantes do esporte escolar até aquelas pessoas que tivessem conseguido medalhas olímpicas ou paralímpicas. Desta forma, se a primeira lei dava condições de planejamento e estrutura para os Comitês e Confederações, a segunda permitia que se constituísse uma cadeia que ia da base até o alto rendimento esportivo, possibilitando condições de treinamento e aprimoramento para estes atletas.

Por outro lado, a construção das Conferências Nacionais do Esporte se colocou como objetivo, de alguma forma, suprir a lacuna em relação a formas mais estruturadas de organização das próprias categorias envolvidas nas práticas esportivas em relação à elaboração de políticas nesta área. Ao mesmo tempo, foi criada, já em 2003, a Rede CEDES –Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer– como ação programática gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNDEL) para conectar as políticas na área de esporte com o que as áreas acadêmicas ligadas ao tema estavam produzindo (Figueiredo e Taffarel, 2013).

No entanto, analisando não apenas as temáticas das três Conferências Nacionais realizadas, bem como a composição destas, minha interpretação é de que este objetivo não apenas não foi alcançado, mas foi sendo paulatinamente abandonado. A primeira conferência ocorreu em junho de 2004, menos de dois anos após a

13 Em 2001 foi realizada uma mudança nesta Lei, dedicando parte dos recursos ao CPB. Para ver o conjunto das modificações realizadas, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10264.htm

14 Para ver o conjunto da referida Lei, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891compilado.htm

posse do presidente Lula, tendo como tema central «Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano». A segunda foi realizada em maio de 2006, tendo como temática «A Construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer» e, por fim, a terceira conferência aconteceu apenas em junho de 2010 (quatro anos após a segunda), cujo título era «Plano Decenal do Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais». Como aponta Castellani Filho (2011), a não realização da Conferência Nacional em 2008, bem como a transformação do eixo programático das conferências de uma preocupação com o desenvolvimento humano e o esporte como direito para a ênfase no resultado e no esporte de alto rendimento, visando incluir o Brasil entre os «dez mais» bem colocados nos rankings olímpico e paralímpico, são indicativos deste abandono. Além disso, cabe destacar que embora tenham sido realizadas diversas conferências municipais e estaduais preparatórias, que envolveram diversos órgãos e associações estudantis, sindicais e outras, não houve avanço em uma organização independente dos profissionais envolvidos com as práticas esportivas, que permanecem ainda hoje sem entidades próprias de representação profissional e que sejam capazes de defender os múltiplos interesses das pessoas que trabalham com o esporte, em suas diferentes vertentes.

É com este quadro de alguns avanços e muitas limitações e, particularmente, com esta situação de não conseguir avançar para além de programas temporários que, ao não se assentarem em uma efetiva organização e elaboração autônoma por parte dos agentes do campo esportivo, são facilmente interrompidos quando da troca de governo, que concluo o balanço das políticas esportivas nos governos progressistas. Por fim, cabe ressaltar, que mesmo no interior deste período, há uma mudança significativa entre o que foi feito nos governos Lula e o que foi realizado nas gestões da presidenta Dilma, até ter seu mandato interrompido pelo golpe que a derrubou do governo. Neste aspecto, a não realização de nenhuma nova edição da Conferência Nacional do Esporte é um marco significativo, embora não o único, do abandono de qualquer política progressista nesta área, tendo o Ministério dos Esportes passado a ser

considerado uma pasta propícia para alojar aliados ocasionais que não possuíam qualquer elaboração mais aprofundada sobre o tema.

6. OS IMPACTOS DO GIRO PARA A DIREITA SOBRE AS POLÍTICAS ESPORTIVAS NO BRASIL

Embora completamente desconectado das discussões sobre as prioridades em relação ao esporte ou às críticas mais fundamentadas sobre o abandono da política de gestão democrática da prática esportiva e de lazer em detrimento do foco nos megaeventos esportivos e no alto rendimento, o esporte—particularmente o futebol—esteve no centro, pelo menos enquanto discurso, de alguns dos movimentos sociais que atuaram no processo que culminou com o golpe político e jurídico que derrubou a presidenta Dilma Rousseff.

Assim, dois slogans do movimento de protesto que ficou conhecido como as Jornadas de Junho de 2013 (Guedes e Silva, 2019) foram «Não vai ter Copa!» e «Queremos Educação e Saúde Padrão FIFA!». Desta forma, questionando os gastos e a corrupção supostamente envolvida com a construção de novos estádios para a Copa do Mundo de Futebol houve uma confluência entre uma tradicional crítica de perspectivas normalmente mais «à esquerda», que opõe os gastos «sérios» com saúde, educação e outros temas aos gastos com dimensões alienantes da luta de classes, tais como o esporte, como foi discutido no terceiro item deste ensaio, com elementos normalmente associados «à direita» que, de forma semelhante a que ocorreu com as eleições de Jânio Quadros (1961), que tinha como símbolo a vassoura com a qual iria «varrer a corrupção» ou com Fernando Collor (1989), que ficou conhecido como «o caçador de marajás», usava as acusações de corrupção como elemento aglutinador de uma crítica genérica à política. Ainda de acordo com Guedes e Silva, quanto mais as pautas e a hegemonia deste movimento foram pendendo para a direita, mais foi sendo utilizada a camisa verde e amarela da seleção brasileira como elemento simbólico de uma identificação daquelas pessoas com «a Pátria», algo que foi percebido e utilizado na propaganda política do candidato que viria a ser eleito presidente na eleição seguinte.

Porém, ao contrário do que ocorreu em outros contextos sociais e históricos, a vitória eleitoral de um projeto nacionalista de extrema-direita, não tem significado, pelo menos no caso brasileiro, um investimento no esporte nem como projeto político de fundo, nem como tática de aprofundar a vinculação com uma ideia de nação, reforçando que a autonomia relativa do campo esportivo implica que suas apreensões políticas são profundamente dependentes do contexto no qual está inserido, como Guedes e Silva analisam acima.

Assim, enquanto uma das primeiras medidas do governo Lula foi a criação do Ministério dos Esportes, uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro foi a sua extinção e transformação em uma secretaria, subordinada ao Ministério da Cidadania. Tal como em diversos outros espaços, inicialmente esta secretaria foi ocupada por dois militares do Exército, até a indicação, em fevereiro de 2020, de Marcelo Reis Magalhães que, para além de ter gerenciado a carreira de alguns atletas, foi padrinho de casamento de Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República.¹⁵

Esta perda de espaço político reflete diretamente no rebaixamento das ações governamentais na área, bem como na redução do acesso às informações. Assim, visitando o site da Secretaria Nacional do Esporte (<http://arquivo.esporte.gov.br/>), em diversas áreas não havia atualização nos últimos quatro ou mesmo seis meses. Indicado, no próprio site, como um dos principais programas e legados dos Jogos Olímpicos de 2016, o Centro de Iniciação ao Esporte não era atualizado desde 2018.

Entretanto, a questão parece ser mais grave do que a já preocupante ausência de transparência e informações. Ainda não há artigos acadêmicos, pelo menos na área das Ciências Sociais, analisando com mais densidade os programas deste governo para o esporte. Portanto, é fundamentalmente através de notícias e colunas na mídia impressa e eletrônica que se torna possível acessar algumas avaliações sobre o primeiro ano (2019) de gestão Bolsonaro no que diz respeito a esta temática.

15 Ver: <https://globoesporte.globo.com/df/noticia/padrinho-de-flavio-bolsonaro-marcelo-reis-magalhaes-e-nomeado-secretario-especial-de-esporte.ghtml>. Acessado em 04 de março de 2020.

Através destas notícias, que devem ser analisadas a partir de uma perspectiva crítica da posição destes veículos midiáticos, que tem oscilado entre uma adesão ao programa econômico defendido pelo atual governo e avaliações negativas de algumas de suas ações em relação ao trato com o parlamento, com a própria imprensa, meio-ambiente e cultura, podemos observar a total ausência de projetos ou iniciativas próprias para o desenvolvimento da área esportiva.

Assim, por exemplo, a página de esportes no site «El País», ainda no início do governo, informava que, para além de executar o hino nacional antes das reuniões, o quadro é de corte de gastos, atraso em nomeações e falta de clareza de planejamento, que preocupariam atletas, clubes e federações.¹⁶ Em abril de 2019, ou seja, com apenas três meses e meio de gestão, houve a primeira troca de militares no comando desta área, saindo um general indicado pelo vice-presidente Mourão, por outro general, em um período em que o vice-presidente estava sendo fortemente criticado pelo chamado «núcleo ideológico» do governo. Mesmo nesta área do esporte militar, no entanto, o quadro não era muito melhor, dado que «O investimento do governo federal em verbas de infraestrutura e viagens destinada aos atletas militares despencou de R\$ 10 milhões, em 2019, para R\$ 600 mil em 2020, um decréscimo de 94% no primeiro orçamento sob a presidência de Jair Bolsonaro».¹⁷

Desta forma, os impactos do giro para a direita que o Brasil tem experimentado desde o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e, particularmente, desde a última eleição presidencial, sobre as políticas esportivas, têm ocorrido na direção oposta do que a literatura indicada no item três deste ensaio afirmava. Não é possível identificar, portanto, uma associação direta entre o projeto político apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro e o

16 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/deportes/1553901938_175156.html. Acessado em 05 de março de 2020.

17 <https://www.folhape.com.br/esportes/mais-esportes/esportes/2020/02/04/NWS.129671,68,1340,ESPORTES,2191-GOVERNO-BOLSONARO-COR-TA-INVESTIMENTO-ATLETAS-MILITARES.aspx>. Acessado em 05 de março de 2020.

estímulo às práticas esportivas. Pelo contrário, o que temos assistido no Brasil é a destruição do pouco que se avançou em termos de maiores investimentos financeiros e políticos para a consolidação do esporte como um direito da população e do início, ainda que tímido, de tentativas de democratização do acesso ao esporte e ao lazer, bem como da elaboração das políticas públicas nesta área. Há que se ressaltar que isto se dá em todas as dimensões, desde o esporte como lazer ou atividade educacional –que sofre o impacto adicional da diminuição do financiamento público na Educação como um todo– até o esporte de alto rendimento, que entre outros problemas é também atingido pela perda de patrocínios, fundamentalmente garantidos até então por empresas estatais, que tem sido privatizadas ou sucateadas.

7. CONCLUSÃO

Dois dos principais autores latino-americanos que se propuseram a um estudo aprofundado na área da Antropologia dos Esportes, Eduardo Archetti e Simoni Guedes, desenvolveram um entendimento de que o esporte seria uma «zona livre» (Archetti, 2003) e o futebol no Brasil uma «instituição zero» (Guedes, 1977). A zona livre, para Archetti,

«É um espaço para a mescla, a aparição de híbridos, a sexualidade e a exaltação de desempenhos físicos. Nas sociedades modernas, o esportes, os jogos e o baile são locais privilegiados para a análise da liberdade e a criatividade cultural. O tango e o futebol podem, desta maneira, ser conceitualizados como uma ameaça às ideologias oficiais» (2003, pp. 42).

Assim, para este autor, Maradona, em sua condição de «pibe»¹⁸ e, mais ainda, de «um pibe que jamais chegaria a ser homem maduro» (2003, pp. 249), poderia ser visto como um tipo ideal desta condição de zona livre associada ao futebol, uma vez que a ele –que encarnava a mais exaltada simbolização do estilo argentino de jogo– estariam associados um corpo descuidado, uma certa

18 Pibe, na acepção que lhe dá Archetti, é um tipo de garoto travesso.

imoralidade, consumo de drogas e outros aspectos que jamais poderiam estar conectados com os valores dominantes da sociedade em outros contextos.

Já para Simoni Guedes o futebol, diferente do que ocorreria com os demais esportes no Brasil, poderia ser pensado como uma «instituição zero», comportando as mais diferentes significações, simultaneamente exigindo a atribuição de significados, mas sendo indiferente aos significados que lhe são atribuídos (Guedes, 2003).

Desta forma, é possível analisar ambas as formulações como indicando que o esporte, embora sendo parte das sociedades nas quais está inserido —o que faz com que não passe imune às mudanças dos contextos políticos destas sociedades—, manteria um grau relativo de autonomia (Bourdieu, 1983), não sendo portanto nem inerentemente uma prática alienante, nem necessariamente uma ferramenta de transformação social. Com isto, como procurei desenvolver neste ensaio, torna-se possível compreender a forma particular com a qual o giro global à direita tem impactado o Brasil como se apresentando fortemente dissociada de maior investimento no esporte como ferramenta de produção de discursos nacionalistas.

Na minha interpretação, parte significativa deste distanciamento se dá exatamente porque, apesar do já referido «sequestro» da camisa verde e amarela da seleção brasileira pelos manifestantes que deram e dão sustentação política a este atual governo de extrema-direita, foram exatamente os governos democráticos e populares anteriores que realizaram, apesar das limitações programáticas, um investimento organizativo e midiático da transformação do esporte, incluindo mas não limitado ao futebol, em foco de políticas públicas.

Como conclusão, cabe retomar uma última passagem de meu percurso individual em relação ao tema. No último congresso regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Rio de Janeiro, no final de 2019, em que estive presente como convidado, chamei a atenção para o fato de que esta central sindical havia elaborado um documento com propostas para diferentes setores da classe trabalhadora. Havia elaborações para a área da cultura, para a educação, para o trabalho informal, para o meio-ambiente

e outras temáticas importantes. No entanto, mesmo havendo um conjunto significativo de pessoas que trabalham diretamente ligadas ao esporte (atletas das diferentes modalidades, equipes técnicas, arbitragem, realização de eventos esportivos, entre outras), não havia uma única linha sobre como organizar estas pessoas em defesa de seus direitos trabalhistas.

Esta não é, no entanto, uma carência desta única Central Sindical. Como expus neste ensaio, em que pesem os avanços dos governos democrático-populares de 2003 a 2016, ainda permanece uma dificuldade por parte dos setores progressistas e da esquerda, bem como de alguns setores acadêmicos, em dissociar o esporte das pautas da direita. Assim, espero que este ensaio, para além de desmistificar esta associação, possa contribuir no sentido de superar estas barreiras e situar o campo dos esportes como espaço de reflexão e atuação na busca por uma sociedade democrática e popular.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max., 1985. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ARCHETTI, Eduardo., 2003. *Masculinidades: fútbol, tango y polo en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia.
- BOURDIEU, Pierre., 1983. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero.
- CAMARGO, Wagner Xavier., 2012. *Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs*. Tese de doutorado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CASTELLANI FILHO, Lino., 2011. Prefácio. In: Silvana de ARAUJO. *Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no nordeste brasileiro: participação popular e controle social em questão*. São Luís: EdUFMA.
- CAVALCANTE, Fernando, Dezembro 2009. Sucesso ou fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH. *e-cadernos CES [on-line]*. Vol. 06, consultado em 03 de março 2020. URL: <http://journals.openedition.org/eces/342>.
- COUBERTIN, Pierre de., 1912. Les femmes aux Jeux Olympiques. *Revue Olympique*. Nº 79, 109-111.

- DAMATTA, Roberto., 1982. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke.
- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric., 1992. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, Norbert., 1993. *O processo civilizador, vol. 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FIGUEIREDO, Érika e TAFFAREL, Celi., junho 2013. Esporte no Brasil: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais em um período de transição. *Motrivivência*. Nº 40, 121-152.
- GIGLIO, Sérgio Settani., 2018. A formação dos Jogos Olímpicos dos Trabalhadores (1894-1925). In: Sérgio GIGLIO et al. (orgs.). *Múltiplos olhares sobre os Jogos Olímpicos*. São Paulo: Intermeios.
- GOUNOT, André., 2002. Sport or political organization? Structures and characteristics of the Red Sport International, 1921-1937. *Journal of Sport History*, Vol. 28, Nº 1, 23-29.
- GUEDES, Simoni., 1977. *O Futebol Brasileiro: instituição zero*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- GUEDES, Simoni Lahud e SILVA, Edílson Márcio Almeida., 2019. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. *Cuadernos de Alethea*. Nº 3, 73-89.
- GUEDES, Simoni., 2003. Resenha de «Lógicas da Emoção». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 18, Nº 51, 179-183.
- NAURIGHT, John., 1997. *Sport, culture and identities in South Africa*. London: Leicester University Press.
- _____, 2005. *O dia em que o Brasil esteve aqui* [filme]. Dirigido por Caíto ORTIZ e João DORNELAS. Rio de Janeiro: Pródigo Filmes.
- PFISTER, Gertrud., 2000. Women and the Olympic Games. In: Bárbara DRINKWATER (ed.). *Women in sport*. London: Blackwell Science.
- ROJO, Luiz Fernando., 2019. Simoni Guedes: uma trajetória na Antropologia dos Esportes. *Antropolítica*. Niterói. Nº 46, 272-289.
- SINGER, André., 2001. *O PT*. São Paulo: Publifolha.
- SPEKTOR, Matias., 2012. Humanitarian Interventionism Brazilian Style? *America's Quarterly* [On-line], Consultado em 03 de março de 2020. URL: <http://www.americasquarterly.org/humanitarian-interventionism-brazilian-style>.
- VALDÉS, Juan Gabriel., 2008. La Minustah y la reconstrucción del Estado haitiano. *Estudios Internacionales*. Nº 159, 129-42.
- VAZ, Alexandre., 2006. «Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade». In: *Revista Esporte e Sociedade*. Nº 1, 46-59.

WHEELER, Robert., 1978. Organized sports and organized labour: the worker's sports movement. *Journal of Contemporary History*. Vol. 13, N° 2, 191-210.



LUIZ FERNANDO ROJO é professor de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, sendo doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É membro do Grupo de Trabalho sobre Esportes da CLACSO, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Esporte e Sociedade e da Comissão de Antropologia dos Esportes da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES).